



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

A Aliança Brasil-Estados Unidos entre 1889-1942: uma aproximação construída

*The Brazil-United States Alliance
between 1889-1942: an approach built*

*La Alianza Brasil-Estados Unidos entre
1889-1942: una aproximación construida*

DOI: 10.21530/ci.v16n1.2021.1088

Marcelo Marcel Felix¹

Alexandre Rocha Violante²

Resumo

A conduta da política exterior brasileira para com os Estados Unidos da América (EUA) tem provocado muitos debates. Qual seria a melhor postura a ser seguida? Em que pese a pertinência da pergunta, tal aproximação com os EUA não é algo novo. Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar a relação diplomática Brasil-Estados Unidos, entre 1889 e 1942, e mostrar o que essa relação representou para cada ator. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem histórica, constatou-se que o Brasil não possuiu histórico, na moldura temporal apresentada, de alinhamento sem barganha em sua relação político-diplomática com os Estados Unidos da América. Ao contrário, a diplomacia brasileira buscou uma aproximação que geralmente foi ditada pela necessidade de gerar ganhos econômicos, políticos e militares

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



1 Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF). (marcelomarcelofelix@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7057-709X>

2 Doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Colaborador de Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da UFF. Rio de Janeiro, Brasil. (alexandreviolante@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4566-5252>

Artigo submetido em 21/05/2020 e aprovado em 07/09/2020.





para o Brasil. Por outro lado, o posicionamento norte-americano na relação oscilou entre desinteresse, paciência e atitude de investida, porém não intervencionista.

Palavras-chave: Diplomacia; Política Externa; Brasil; Estados Unidos da América.

Abstract

The conduct the foreign policy toward the United States of America (USA) has sparked many debates. What would be the best posture to be followed? In spite of the pertinence of the question, such an approximation with the USA is not something new. Therefore, this article aims to analyze the Brazil-United States diplomatic relationship between 1889 and 1942, and to show what this relationship represented for each actor. Through a bibliographic research with a historical approach, it is intended to show that Brazil has no history, in the presented time frame, of alignment without bargaining in its political-diplomatic relationship with the United States of America. In other words, the approach was generally dictated by the need to generate economic, political and military gains for Brazil. On the other hand, the American position in the relationship oscillated between lack of interest, patience and attitude of attack, but not interventionist.

Keywords: Diplomacy; Foreign Policy; Brazil; United States of America.

Resumen

La conducción de la política exterior brasileña hacia los Estados Unidos de America (EE. UU) ha provocado muchos debates. ¿Cuál debería ser la mejor postura a ser adoptada? Aunque esa pregunta es pertinente, la aproximación del Brasil ante los Estados Unidos no es un asunto novedoso. Por ende, este artículo tiene el objetivo de analizar la relación diplomática entre Brasil y Estados Unidos en el periodo 1889-1942, mostrando lo que esa relación ha representado para cada actor a lo largo de los años, además de los factores coyunturales que han llevado al Brasil a un inevitable alineamiento con los Estados Unidos en 1942. Luego de emprenderse una investigación bibliográfica de abordaje histórica fue posible constatar que, en el marco temporal presentado, el Estado brasileño no posee un alineamiento desventajoso en su relación político-diplomática con los Estados Unidos de América. Contrario a ello, la diplomacia brasileña demarcó una aproximación inspirada en la constante necesidad de generar lucros económicos, políticos y militares. A su vez, la postura estadounidense dentro de esa relación, ha evidenciado una oscilación entre el desinterés, la inercia y el reimpulso de actos no intervencionistas.

Palabras clave: Diplomacia, Política Externa, Brasil, Estados Unidos de América.





Introdução

Em março de 2019, o Presidente brasileiro Jair Bolsonaro encontrou-se com o Presidente norte-americano Donald Trump na Casa Branca, em Washington. O evento bilateral marcou o primeiro encontro entre os dois e teve alta repercussão na mídia que, de maneira geral, interpretou a fala de ambos como um novo momento nas relações entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil.

A cerimônia no jardim da Casa Branca contou com entrevistas e discursos dos dois, que enfatizaram o momento auspicioso das relações, conforme os trechos abaixo:

“Este nosso encontro retoma uma antiga tradição de parceria e, ao mesmo tempo, abre um **capítulo inédito da relação do Brasil com os Estados Unidos**. Hoje, destravamos assuntos que já estavam na pauta há décadas e abrimos novas frentes de cooperação”, disse Bolsonaro.

“Sei que teremos um ótimo relacionamento de trabalho, com muitas visões parecidas, e certamente a relação do Brasil com os EUA, por causa de nossa amizade, **será provavelmente melhor que jamais foi**”, afirmou Trump em seu discurso (Época Negócios, 2019, grifos nossos).

Os trechos demonstram uma atmosfera de otimismo na “retomada” das relações entre os dois países, ao mesmo tempo que cria uma expectativa do posicionamento brasileiro dentro dessa relação bilateral com a Potência do Norte³. Após as declarações, o tema foi bastante debatido na opinião pública brasileira, principalmente, no que se refere à posição brasileira, em face de um possível “alinhamento automático”⁴ brasileiro com os EUA.

Independente da impressão deixada pelos Chefes de Estado, tanto na opinião pública quanto no senso comum, um alinhamento dessa natureza, por parte do Brasil, seria uma possibilidade um pouco difícil de ser considerada. Uma vez que, ao realizarmos uma análise do acumulado histórico da diplomacia brasileira, não há precedente, na maioria das vezes, de tal orientação ou comportamento.

Nesse sentido, este artigo pretende demonstrar que, apesar da proximidade amistosa com os Estados Unidos da América desde o início do período republicano

3 Vizinho ou Potência do Norte refere-se não somente à posição geográfica, mas à categorização norte desenvolvido *versus* sul em desenvolvimento, que vai se “popularizar” já no final da Guerra Fria.

4 Expressão utilizada para categorizar um alinhamento que não é utilizado como instrumento de barganha pela diplomacia.





brasileiro, a diplomacia privilegiou uma conduta cautelosa revestida de realismo e pragmatismo. Dessa maneira, a aproximação com os EUA foi, majoritariamente, instrumento de barganha para gerar ganhos econômicos, políticos e militares. Por outro lado, os vizinhos do norte desenvolvido, historicamente, demonstraram paciência e interesse nos momentos de crise no Sistema Internacional.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, será apresentada a relação Brasil-EUA, em uma abordagem histórica, no período de 1889 a 1942. O lapso temporal escolhido tem no seu primeiro marco a Proclamação da República, momento no qual a diplomacia brasileira descobre o Vizinho do Norte e iniciam-se os acordos de cooperação. O período se encerra com o rompimento das relações diplomáticas brasileiras com os países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial, pois, a partir desse evento, o Brasil se alinhou aos EUA em um esforço de guerra comum.

Para tal, este artigo foi dividido em cinco seções. Além desta introdução, a primeira seção apresenta a formação da cultura imperial dos EUA ao longo da história, demonstrando que a nação norte-americana, já em seus anos iniciais, possuía uma identidade imperialista⁵, que se fez presente nas relações com os países latino-americanos. A segunda seção apresenta a postura diplomática brasileira diante das crises internacionais no período da República Velha (1889-1930) e como a relação Brasil-EUA foi construída. Na terceira seção é apresentada, de maneira mais categórica, as características da Política Externa Brasileira (PEB) na Era Vargas até 1942; a diplomacia do “jogo duplo” e a influência cultural e militar norte-americana com o avançar do conflito mundial.

Por fim, as considerações finais mostram que, a partir da Proclamação da República, a Política Externa Brasileira (PEB) se torna legitimamente brasileira. Essa política, visando a uma maior inserção internacional, altera seu eixo central da Europa para os EUA, estabelecendo o paradigma do “americanismo”.

Da Cultura Imperial ao Pan-americanismo

Ao longo da história, a influência estadunidense sobre a América Latina se mostrou através das expressões do seu poder. Nesse contexto, destacam-se duas:

5 Os fenômenos ligados ao imperialismo – expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial de sua influência, ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados, geralmente conexos com tais fenômenos – se hajam manifestado, sob formas e modalidades diversas, em todas as épocas da história, esta expressão é relativamente recente.





a influência econômica que, por sua via, criou as condições para uma influência ideológica-cultural; e a influência imposta pela expressão militar.

Na esfera militar, cabe ressaltar o papel desempenhado pela *US Navy*⁶ na consolidação dos interesses nacionais norte-americanos. Segundo Junqueira (2015, 30), desde o início do século XIX, “a *US Navy* se desenvolveu como instrumento de garantia da segurança dos interesses nacionais”. Dessa forma, o governo utilizou-se da Marinha de Guerra para projetar poder e influência além-mar. Inicialmente, na América Latina e, posteriormente, já no século XX, em qualquer parte do planeta, como é possível se verificar na atualidade.

A Marinha teve papel fundamental no apoio prestado às expedições científicas. Assim, mesmo tendo iniciado quase 400 anos após os europeus, os EUA se lançaram ao mar, em expedições exploratórias, com o objetivo de mapear as regiões remotas e de criar uma rede de influência que fosse capaz de atender aos propósitos imperialistas da jovem nação. A partir daí, criavam-se linhas de comércio marítimo que eram asseguradas pela Marinha de Guerra (Junqueira 2015). Foi dessa forma que ocorreu o projeto inicial do expansionismo dos EUA.

Porém, antes de ser autorizada a primeira expedição, muitas barreiras internas precisaram ser superadas. Vale ressaltar que os EUA, à época, eram uma jovem república com muitas disputas territoriais, principalmente, nos Estados federados mais a oeste que se apropriavam das terras ocupadas pelos índios. Outro aspecto importante estava na identidade político-cultural dos EUA. A nação repudiava a prática europeia de estabelecer colônias além do território. Dessa forma, a elite demorou a se acostumar com a ideia de realizar tais expedições que poderiam caracterizar a busca por colônias além-mar conforme faziam os europeus (Junqueira 2015).

A premissa que impulsionou a criação da *U.S. Exploring Expedition* estava relacionada, em parte, com a busca pela construção de um saber próprio sobre o globo. Porém, o fato do “governo dos Estados Unidos, desde o início do século XIX, se ocupar em habilitar a *U.S. Navy* com o propósito de assegurar o fluxo do comércio norte-americano em águas internacionais” muito contribuiu para fortalecer a formação das áreas militar e científica (Junqueira 2015). Assim, a jovem nação, ao mesmo tempo que realizava a sua marcha para o Oeste, também desbravava os mares aumentando seu poder de influência e capacitando tecnicamente a sua Marinha de Guerra.

6 Marinha dos Estados Unidos. No inglês: *United States Navy*.





Cabe ressaltar que a realização dessas viagens caracterizava os países que possuíam uma Marinha de um determinado porte e que dominavam certas tecnologias, como os instrumentos de precisão⁷. As viagens exploratórias de circunavegação tinham a capacidade de colocar o país explorador no rol das nações detentoras do conhecimento auto adquirido, ou seja, a expedição era a porta de entrada para a construção de um saber próprio sobre o globo (Junqueira 2015).

Outro aspecto relevante, presente nas expedições, era o seu caráter ideológico, marcado pelo domínio do “selvagem”. Em outras palavras, o homem branco anglo-saxão se encontrava em um estágio civilizatório mais avançado do que o “homem selvagem”, que vivia no desconhecido, no *wilderness*, local não civilizado geralmente vinculado à fronteira, que deveria ser explorado pelo homem branco anglo-saxão. Segundo Junqueira (2001), o *wilderness* faz parte do imaginário norte-americano enquanto nação:

O wilderness é considerado um dos elementos básicos da construção da identidade e do nacionalismo norte-americano. [...] da matéria prima do wilderness os norte-americanos construíram sua cultura, conferindo-lhe identidade e significado desde os primeiros colonos (Junqueira 2001, 326).

Na verdade, a ideia faz parte da construção de um mito, entorno do qual se propaga a superioridade do homem branco da época. Assim, os estadunidenses trataram, já no início da nação, do lugar dos negros e índios. O mito se desenvolve em torno da capacidade dos brancos em construir uma nação civilizada que fosse um farol para as demais. Dessa forma, uma nação liberal e republicana construída por brancos, anglo-saxões e protestantes seria o melhor exemplo de país a ser seguido (Junqueira 2015).

O princípio de raça eleita e civilizada, com o melhor sistema de governo possível, vai orientar a política externa norte-americana pelo restante do século XIX e XX. A força do mito estadunidense se fez notar, ainda no século XIX, em situações como: na expansão de suas fronteiras a oeste; nas guerras e intervenções realizadas nos países latino-americanos; e na propagação da identidade Pan-americana que foi pauta da primeira Conferência Pan-americana em Washington (1889-1890).

⁷ No caso, instrumentos náuticos (bússola, astrolábio, cartas) utilizados para localização espacial e geométrica durante as viagens





A Primeira Conferência Pan-americana (1889 a1890) tinha como uma de suas propostas a união aduaneira entre os países da América. O projeto não seguiu adiante. Os países latino-americanos não aceitaram em razão da grande diferença econômica entre eles, o que inviabilizaria a aliança. Entretanto, embutido no projeto econômico estava um projeto de criação de uma identidade pan-americana, na qual os EUA exerceriam sua hegemonia sobre os demais países (Dulci 2013).

Assim, para a surpresa do Secretário de Estado norte-americano James Blaine, o nível de rejeição ao projeto foi grande, o que demonstrava a desconfiança dos países latino-americanos em torno do discurso estadunidense de “protetores da América”. Nesse contexto, a Argentina teve grande expressão, tendo em vista que, além de não ter concordado com a ideia do pan-americanismo, apresentou uma nova identidade latino-americana para se opor diretamente à primeira (Dulci 2013). Assim, Buenos Aires rebateu diretamente a visão hemisférica da Doutrina Monroe⁸, apresentando uma nova ideia força: “a América para a humanidade”.

Diante dos fatos, a posição da Chancelaria brasileira, durante as conferências, mostrou-se, de forma geral, cautelosa, buscando direcionamentos que trouxessem vantagens ao país. A fim de evitar o enfrentamento com a Argentina, o Brasil fez uma aliança não-formal com os EUA para conseguir benefícios, principalmente, econômicos. Sendo assim, a PEB mostrava, já nos primeiros anos da república, duas características que lhe são peculiares: realista e pragmática (Cervo 2008).

Relação Brasil-EUA (1889-1930)

O início republicano brasileiro foi visto pelos EUA e, principalmente, pelas potências europeias com certa desconfiança, o que os levou a adotar uma atitude cautelosa no reconhecimento do novo regime (Cervo e Bueno 2002).

Os EUA levaram algum tempo para reconhecer formalmente o regime republicano brasileiro. Esse fato causou apreensão na diplomacia brasileira, que esperava um reconhecimento quase que instantâneo, seguindo o exemplo de Argentina e Uruguai, que reconheceram ainda no mês de novembro. O fato

⁸ Anunciada pelo presidente americano James Monroe, em mensagem ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823. Enfatizava que os continentes americanos não deveriam ser suscetíveis a nenhuma colonização europeia.





de o reconhecimento Washington só ter ocorrido em dezembro de 1889 decorria do receio de que o novo regime fosse decorrência de uma simples quartelada, ou seja, sem apoio da vontade nacional (Cervo e Bueno 2002).

Ademais, o antigo regime, apesar de ser caracterizado por uma política isolacionista e voltada para o Velho Continente (Ricupero 2017), deixara, através de seu líder monárquico Dom Pedro II, uma boa impressão na opinião pública estadunidense. Um bom exemplo disso foi a maneira cortês e elogiosa com que o jornal *The New York Times* se reportou à figura do monarca por ocasião da sua morte em dezembro de 1891: “Dom Pedro fez do Brasil o mais livre que uma monarquia poderia ser” (*The New York Times*, 5 de dezembro de 1891 *apud* Teixeira 2014, 123). E acrescentou, no dia seguinte: “é duvidoso que uma república seja tão adequada ao Brasil quanto uma monarquia” (*The New York Times*, 6 de dezembro de 1891 *apud* Teixeira 2014, 123).

Com o antigo regime, também se foi o isolamento diplomático do Império. Dessa forma, sob o ideal do americanismo⁹, o Brasil inicia uma aproximação com os EUA e com os países hispano-americanos. O ministro do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça, não perdeu tempo e logo concluiu com os EUA o primeiro acordo de comércio celebrado com uma nação de economia mais poderosa, desde um período remoto do Império (Ricupero 2017). Porém, apesar da ânsia brasileira, a rápida aproximação não ocorreu de forma automática. Pelo contrário, na prática foi bem cautelosa, como comprovado nas primeiras Conferências Pan-americanas.

Enquanto os EUA tentavam criar a “identidade pan-americana”, o Brasil estava sendo assolado pelas agitações internas. O caráter pacífico do movimento da Proclamação da República escondeu atrás de si um rastro de paixões, incompreensões e ambições que agitaram o País na última década do século XIX (Martins 1997). O povo, ator ausente nesse acontecimento histórico, após assistir bestificado à queda da Monarquia, presenciaria uma série de agitações, revoltas e balbúrdias de toda sorte (Alsina 2015). Nesse sentido, no vácuo simbólico deixado pela extinção repentina do regime monárquico, criou-se um ambiente político instável, cujo novo representante era um velho chefe militar, politicamente inexperiente e fisicamente debilitado¹⁰.

9 Na época, era bastante comum falar de americanismo como abrangendo todo o hemisfério ocidental.

10 Adjetivos utilizados por Hélio Leôncio Martins para descrever o Marechal Deodoro da Fonseca, protagonista da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.





Diante do quadro apresentado, seria normal esperar que a diplomacia também estivesse desorganizada, mas não aconteceu dessa forma. A diplomacia brasileira, nos primeiros anos republicanos, conseguiu manter a organização herdada do período imperial e não somente superou os sobressaltos, mas também proporcionou “ao novo regime os primeiros êxitos externos que tanto carecia” (Ricupero 2017, 247)¹¹.

Nesse contexto, surgiu a figura emblemática de José da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que se destacou em duas ocasiões distintas. Na primeira, quando liderou a equipe que conquistou uma brilhante vitória na questão de Palmas com a Argentina, arbitrada a favor do Brasil, em 1895, pelo presidente norte-americano Cleveland (Alsina 2015); e, em um segundo momento, na questão do Amapá com a França, caso arbitrado pelo presidente suíço Walter Hauser, cujo laudo pericial foi favorável ao Brasil.

Após o período de convulsão social que marcou a República da Espada¹², os governos civis de Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902) foram responsáveis pela pacificação da nação, com o retorno dos militares para os quartéis e a melhoria na economia com a valorização do café, principal produto brasileiro de exportação (Ricupero 2017). Com isso, passada a euforia republicana dos primeiros anos, os formuladores da política nacional despertam para a realidade na qual o Brasil se encontrava: uma república jovem com fatores internos não solucionados e incapaz de reagir às ameaças externas.

Com isso, foi inaugurada uma nova fase da diplomacia brasileira, que tem na figura do seu patrono, Barão do Rio Branco, a busca pelo prestígio internacional, a intangibilidade da soberania nacional, a defesa da agroexportação e a definição do território (Cervo e Bueno, 2002). Com esses objetivos, a Política Externa brasileira, na gestão Rio Branco, se apresentou ainda mais realista e pragmática, principalmente, no seu relacionamento com os EUA e com as nações vizinhas sul-americanas.

A “grande estratégia” de Rio Branco foi assentada numa visão realista em que o exercício do poder robusto era o elemento central para se atingir os interesses nacionais. Para essa estratégia, era inaceitável um Estado se “resignar a assinar convenções”, pois isso condenaria este país a ser um Estado de terceira, quarta

11 Cervo e Bueno divergem dessa interpretação, argumentando que o início da diplomacia republicana foi revestido de muitas dificuldades, provocadas, principalmente, pelos ministros das Relações Exteriores que não eram ligados à diplomacia.

12 Período republicano brasileiro que compreendeu o governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894).





ou quinta ordem. Rio Branco procurava uma sintonia fina entre diplomacia e defesa, que seria obtida com a articulação da política externa com um poder militar robusto.

No período da gestão Rio Branco (1902-1912), foi possível notar uma íntima aproximação brasileira com a República do Norte, que teria começado alguns anos antes. Porém, essa aproximação, que teve início com o advento da República, não se configurou em um “alinhamento automático”, uma vez que esta serviu os propósitos políticos no plano regional da América do Sul.

Já no primeiro ano de sua gestão, Rio Branco demonstrou grande articulação na questão do bloqueio naval anglo-germânico, “imposto à Venezuela em dezembro de 1902 a título de cobrança de dívidas” (Cervo e Bueno 2002, 178). O conflito iniciou quando navios ingleses e alemães, com o consentimento de Washington, se aproximaram da costa venezuelana, a fim de “cobrar à força a dívida cujo pagamento havia sido suspenso pelo presidente Cipriano Castro” (Stuart 2011, 33). A crise, que iniciou com a ameaça de uso da força, evoluiu para um bloqueio naval em toda a costa da Venezuela, o que representava a declaração de guerra contra aquele país. “O bloqueio estendia-se a todos os navios, incluindo os americanos” (Stuart 2011, 41).

Os EUA não se envolveram em boa parte do tempo, intervindo na crise quando o embaixador Herbert Bowen manifestou seu descontentamento com a atitude dos aliados em beneficiar navios europeus em prejuízo dos americanos, que continuavam a ter que respeitar o bloqueio (Stuart, 2011). Com isso, Washington apresentou o primeiro protesto formal e alterou a forma de conduzir as negociações.

A postura dos EUA diante do ocorrido manifestou grande indignação na imprensa latino-americana. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Drago, “dirigiu nota ao Departamento de Estado norte-americano afirmando o princípio de que dívida pública não podia ser cobrada com o uso da força” (Cervo e Bueno 2002, 178). Esse fato ficou conhecido como Doutrina Drago.

A reação da diplomacia brasileira foi distinta da argentina, ou seja, não acompanhou o ministro Drago no seu protesto. No entendimento de Rio Branco, os EUA foram consultados antes da efetivação do bloqueio e por não se tratar de conquista de território, não precisavam evocar o poder de polícia internacional garantido na Doutrina Monroe. Ademais, a Doutrina Monroe não podia “instituir em favor dos povos americanos o privilégio de faltar impunemente a compromissos de honra” (Cervo e Bueno 2002).

Em 1904, o então presidente dos EUA, Theodore Roosevelt (1901-1909), apresentou o chamado corolário Roosevelt da Doutrina Monroe. Pelo exposto, o





presidente reivindicava aos Estados Unidos o direito de intervir em conflitos entre países latino-americanos com a finalidade de manter a estabilidade econômica e a democracia. Ademais, os EUA tomariam medidas sempre que países latino-americanos não honrassem suas dívidas (Teixeira 2014). Nesse sentido, Theodore Roosevelt colocou, de maneira unilateral, a América Latina em um subsistema de poder liderado pelos norte-americanos.

Mais uma vez, Rio Branco não questionou os termos da mensagem Roosevelt ao se declarar com o poder de “polícia internacional”. O que fazia sentido, uma vez que a demonstração de força para garantir a paz coadunava com as ideias do chanceler brasileiro (Cervo e Bueno 2002). O silêncio oficial da diplomacia brasileira despertava a suspeita de que o Brasil teria se tornado o guardião da Doutrina Monroe na América do Sul. Um exemplo disso foi a imagem formada do Brasil na vizinha Argentina.

A Argentina foi o país que mais questionou a interpretação da Doutrina Monroe e o pan-americanismo. A atitude de Buenos Aires se fundamentava na tentativa de alçar como nação líder dos países latino-americanos, destacando-se pela hegemonia da América do Sul (Dulci 2013). Dessa forma, a opinião pública argentina acreditava que a posição brasileira de anuência com a política externa dos EUA fazia parte de um acordo entre os dois países. Ademais, acreditava-se que fazia parte desse acordo o reaparelhamento naval brasileiro. Assim, o entendimento portenho sobre a aproximação brasileira dos EUA inseria-se num contexto de busca pela hegemonia regional com o respaldo dos EUA (Cervo e Bueno 2002).

Entretanto, a aliança não-formal com os EUA estabelecida na gestão de Rio Branco tinha como principal meta auxiliar no atingimento dos objetivos políticos almejados pela chancelaria, conforme já mencionado. Paranhos Jr. percebeu rapidamente o papel que o vizinho do Norte exercia dentro do concerto internacional. O apoio aos ideais norte-americanos estava relacionado com a busca pela primazia na América do Sul. Por outro lado, para os anseios dos EUA, o Brasil era peça fundamental no equilíbrio de poder no Cone Sul.

Os alicerces construídos pelo Barão do Rio Branco se mantiveram após a sua morte em 10 de fevereiro de 1912. Assim, a amizade com o Vizinho do Norte, ao longo das décadas seguintes, foi fortalecida pelos enlaces econômicos¹³. Porém, é importante frisar que “[...] a amizade não significou [...] **alinhamento automático** da política externa brasileira ao Departamento de Estado norte-americano” (Garcia 2001, 476 *apud* Cervo e Bueno 2002, 199, grifo nosso).

¹³ Nesse período, os EUA se tornaram o maior comprador do café brasileiro, ao mesmo tempo, ocorreu um relativo acréscimo de produtos norte-americanos importados pelo Brasil, como exemplo pode-se citar a farinha de trigo.





Como exemplo disso, podemos citar a postura brasileira diante da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O Brasil adotou completa neutralidade na maioria do período que compreendeu o combate, mesmo diante das intimidações dos alemães, no início de 1917, e da entrada dos EUA no combate, em abril do mesmo ano. Dessa forma, enquanto as nações europeias sangravam nos campos de batalha, no Brasil, acirravam-se os debates internos sobre a participação brasileira no conflito. Dividindo, assim, as opiniões entre germanófilos e pró-aliados (Cervo e Bueno 2002).

Mesmo com toda intimidação alemã proveniente da guerra submarina irrestrita ao tráfego mercante, o Brasil tentou manter-se no estado de neutralidade o máximo possível. Em fevereiro de 1917, o governo brasileiro foi notificado oficialmente pelo governo imperial alemão do estabelecimento de um bloqueio naval ao comércio marítimo da Grã-Bretanha, França, Itália e Mediterrâneo (Cervo e Bueno 2002). Adicionalmente, a notificação revelava que o não cumprimento do bloqueio, por qualquer tipo de navio, seria combatido com ataques sem restrições. Portanto, estariam sujeitos aos ataques qualquer tipo de navio, não importando a carga, nem tripulação que estariam sendo transportadas (Martins 1997).

O governo brasileiro não demorou em responder que não poderia cumprir o bloqueio naval, pois afetava diretamente a economia agroexportadora brasileira. Sendo assim, navios brasileiros começaram a ser torpedeados por submarinos alemães, em abril de 1917, porém a declaração do estado de guerra com o Império Alemão só ocorreu em outubro (Martins 1997). A atitude brasileira gerou uma boa impressão nos países europeus e nos EUA, que se interessavam por esse posicionamento, uma vez que poderiam influenciar os demais países sul-americanos.

Segundo Ricupero (2017), o Brasil saiu da Conferência de Paz do pós-guerra em uma situação de prestígio, principalmente, quando se leva em conta o tamanho da participação brasileira no conflito e a capacidade de influência que o País possuía, à época, na arena internacional. O Brasil foi o único país latino-americano, além de Cuba, que estava sob tutela dos EUA, a participar do primeiro conflito mundial. A atuação brasileira, mesmo ocorrendo na fase final do conflito, garantiu-lhe uma posição na Liga das Nações¹⁴ e no seu Conselho como membro eleito (Cervo e Bueno 2002).

14 A Liga das Nações (LN) foi a primeira organização internacional que englobaria todos os Estados soberanos que escolhessem compor seus quadros, visando a superar os perigos da anarquia do sistema internacional. Seu desenho institucional representou a intenção das grandes potências da época em dar continuidade ao *status quo* adquirido, mantendo a lógica dos Estados soberanos, concomitantemente a um projeto de transformação baseado no progresso, na razão e na democratização das relações internacionais.





Entretanto, essa percepção de notoriedade começou a se dissipar conforme ocorriam as Conferências e os pleitos brasileiros não se concretizavam, uma vez que as nações mais poderosas impunham seus interesses em detrimento dos demais membros.

Um exemplo disso ocorreu durante a Conferência de Paz de Washington, em 1922, na qual ampliou-se para todos os Estados membros da Liga a restrição de tonelagem do armamento naval, ou seja, a quantidade de tonelagem em navios deveria ser mantida a mesma, evitando, assim, a corrida armamentista. A decisão não favoreceu o Brasil, que possuía uma esquadra bem aquém da vizinha Argentina (Vidigal 1985). Porém, vale ressaltar que, nessa época, o mundo era varrido por uma onda pacifista, após os horrores da Primeira Guerra Mundial.

Ao final do conflito, a fraqueza do poder militar brasileiro tornou-se evidente. O ímpeto modernizador se fez presente nas Forças Armadas, que procuraram o auxílio de outras nações para se modernizarem. Assim, em 1920, o Exército contratou uma missão francesa e a Marinha seguiu o exemplo, contratando, em 1922, a Missão Naval Americana (MNA) (Waldmann 2015).

A MNA marcou o início de um longo relacionamento entre as duas marinhas e influenciou várias gerações de oficiais brasileiros (Vidigal 1985). Além disso, os laços cultivados se revestiriam de importância quando, em 1942, o Brasil e os EUA se uniram para combater a ameaça submarina no Atlântico.

As ideias modernizantes, fruto dessa parceria, não encontraram ressonância política em um primeiro momento. Dessa forma, apesar das mudanças realizadas, com o auxílio da Missão Naval, na organização e estrutura da instituição, estas não se concretizaram em termos de meios mais modernos para a Esquadra brasileira, ou seja, as conjunturas políticas, tanto nacional quanto internacional, não privilegiavam o reaparelhamento naval (Ricupero 2017).

Porém, no início da década de 1930, ocorreu uma mudança nesse quadro. Começou a ser desenvolvida uma nova percepção do interesse nacional baseada em uma política externa pragmática voltada à modernização do País (Cervo e Bueno 2002). A política forte da Era Vargas¹⁵ permitiu ao Brasil desenvolver diversos setores de base da economia, nos quais foi inserida a modernização das Forças Armadas, um dos pilares da política de Getúlio Vargas.

15 Período histórico, no qual Getúlio Vargas permaneceu no poder. Vai da Revolução de 1930 até 1945.





Relação Brasil-EUA na Era Vargas

O mundo, em 1929, estava passando por uma de suas fases mais turbulentas, inaugurada com o colapso da Bolsa de Nova Iorque seguida da Grande Depressão (Ricupero 2017). Países periféricos, como o Brasil, não ficaram imunes às consequências da grande crise mundial. No caso brasileiro, a forte vulnerabilidade da economia de exportação agrícola gerou pressões internas para que fossem buscadas soluções que favorecessem a independência econômica e o desenvolvimento social (Cervo e Bueno 2002).

A situação econômica serviu de estopim para acirrar as rivalidades entre as oligarquias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais colocando um fim na política do café com leite¹⁶. As eleições de primeiro de março de 1930 deram a vitória ao candidato governista Júlio Prestes, então “presidente”¹⁷ do Estado de São Paulo. Porém, a Revolução de 1930, movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, culminou com a chegada de Getúlio Dornelles Vargas ao poder, em três de novembro daquele ano, encerrando o arranjo político oligárquico.

Segundo Ricupero (2017, 322), o início do mandato de Vargas foi marcado por uma forte turbulência financeira provocada, principalmente, pelos juros da dívida externa. Essa turbulência transbordou para a esfera política-ideológica, onde pôde-se observar a formação de partidos e movimentos de massa. Porém, Vargas foi capaz de desenvolver uma política de conciliação em nome da unidade brasileira. Dessa forma, trouxe para o seu lado antigos inimigos ou, pelo menos, conseguiu limitá-los à neutralidade; e com muita habilidade, evitou alianças partidárias-ideológicas (McCann Jr. 1995).

O poder de articulação de Vargas se fez notar ao término do período do Governo Provisório, em 1934, quando ele permaneceu no poder com o apoio dos militares (CERVO E BUENO, 2002). Esse apoio foi fundamental para a manutenção de Vargas no poder, tendo em vista o enfraquecimento do sistema oligárquico. Entretanto, segundo McCann Jr. (1995), a utilização desse apoio não tornava Vargas subserviente aos desejos castrenses, pelo contrário, ele conseguiu utilizar as Forças Armadas como instrumento de coesão interna e desenvolvimento do país.

16 Acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a República Velha, para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais.

17 Na época, denominação atribuída a quem governava os estados.





Além disso, fazia parte do jogo político de Vargas agradar os que o sustentavam no poder, que, naquela ocasião, eram os militares. Dessa forma, segundo Waldmann (2015), ele garantiu a fidelidade dos oficiais dos mais altos postos com a promessa de rearmamento das Forças. Assim, foi aprovado, em 1932, um plano de renovação de meios flutuantes, inclusive com crédito alocado para esse fim conforme consta no Relatório do então Ministro da Marinha (Brasil 1932).

Apesar do afastamento da Marinha em relação às questões políticas, Vargas estava consciente de que não possuía a simpatia automática dos Almirantes. Por isso, precisava conquistar essa fidelidade, alocando recursos para a renovação da Marinha. Em outras palavras, “era perigoso ficar testando a paciência da Marinha com promessas não cumpridas” (Hilton 1997, 189 *apud* Waldmann 2015, 2-3).

A crise econômica e política perdurou até a decretação do Estado Novo em novembro de 1937. O novo regime tinha como característica a centralização do poder com a desarticulação do Poder Legislativo, ou seja, Vargas tornou-se um ditador que passou a organizar a política interna buscando inspirações, pelo menos parcialmente, nas instituições fascistas (Ricupero 2017).

Para superar os desafios econômicos, Vargas adotou medidas extremas, como a suspensão do pagamento da dívida externa, justificando-se através da bandeira da modernização do Brasil. Dessa forma, a suspensão do pagamento teve como principais beneficiários o reaparelhamento das Forças Armadas e o desenvolvimento do setor de infraestrutura e indústrias de base. Em diversas ocasiões, deixou claro seu projeto de construção de uma siderúrgica como base para o desenvolvimento dos transportes e reaparelhamento econômico do país (McCann Jr. 1995; Cervo e Bueno 2002).

As demandas pelo armamento e a questão da siderurgia deixaram de constituir um assunto exclusivamente interno e passaram a ser prioridade dentro da agenda da política externa brasileira (Alves 2002). Dessa forma, a capacidade de articulação demonstrada por Getúlio Vargas no campo interno, para manter a coesão nacional, também foi verificada na esfera internacional.

A diplomacia da Era Vargas se dividiu em dois períodos: i) de 1930 a 1937, que pode ser considerado como uma continuidade da agenda anterior, tendo em vista principalmente os problemas de ordem interna, aos quais o governo Vargas teria atribuído prioridade; ii) de 1937 a 1942, a partir da vigência do Estado Novo, em que, à medida que a crise mundial caminhava para um desfecho bélico, a agenda política se alterou, passando a ser dominada pelas apreensões e desafios diante da guerra e das alianças entre os beligerantes; (Ricupero 2017); e iii) de 1942 a 45, período em que procurou estabelecer uma política externa





mais pragmática com os EUA, em face da entrada da potência do Norte na 2ª Guerra Mundial (Pinheiro 2000; 2010).

Segundo Ricupero (2017), o chamado “jogo duplo”, que caracterizou a política externa de Vargas até janeiro de 1942, tinha como característica a manutenção do comércio de compensação, praticado com a Alemanha, ao mesmo tempo que mantinha um vínculo político mais forte com os EUA. Isso não permitiu, contudo, que houvesse enfraquecimento de ambas as partes envolvidas. Por outro lado, os EUA praticaram com o Brasil uma diplomacia de paciência, permitindo que prevalecesse a antiga aliança não formal construída por Rio Branco (Alves 2002; Ricupero 2017).

Nesse contexto, a presença do brasileiro, Embaixador Oswaldo Aranha, no exterior mostrou-se fundamental. Uma vez que já se tratava de conhecimento público que Aranha mantinha com Vargas uma longa amizade, além de possuir um excelente relacionamento com o Subsecretário de Estado dos EUA, Sumner Welles (McCann Jr.1995).

Oswaldo Aranha era a pessoa certa para realizar o trabalho de manutenção das boas relações políticas entre Brasil e EUA, principalmente, durante o período de desconfiança das intenções do novo regime político brasileiro. Sendo assim, utilizando-se do seu renomado prestígio junto às autoridades estadunidenses, Aranha foi fundamental para reforçar a confiança de Washington no Brasil (McCann Jr.1995).

No entanto, segundo Alves (2002), a relevância atribuída por McCann tanto ao Embaixador brasileiro quanto à Vargas está inserida no contexto de uma análise que enfatiza a conjuntura externa da época. Fazia-se necessário ter um olhar a partir do sistema internacional de modo a se evitar conclusões exageradas quanto à autonomia brasileira.

Logo, do ponto de vista dos EUA, a aceitação tácita do comércio compensado Brasil-Alemanha foi vista como uma forma de “ganhar a confiança [...] dos *policy makers* brasileiros que acreditavam ser benéfico estreitar relações com uma potência que, teoricamente, procurava compreender também os interesses de seus aliados mais fracos” (Alves 2002, 61).

A Conferência Pan-americana de 1933, em Montevideu, inaugurou uma nova política de aproximação dos EUA com os países latino-americanos, a chamada política da “boa vizinhança¹⁸”, cuja natureza consistia em prestar apoio aos países

18 Criada durante o governo de Franklin Roosevelt para contrabalançar a imagem imperialista deixada pela política do *Big Stick* de Theodore Roosevelt.





latino-americanos com investimentos e tecnologia (Ricupero 2017). Em troca, esses países deveriam dar apoio à política externa norte-americana. Essa política criou os alicerces de uma nova aproximação com os países latino-americanos, que se mostraria fundamental para o esforço estadunidense na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Conforme a *Wehrmacht*¹⁹ varria os campos na Europa no início do conflito mundial, nos EUA, aumentava a certeza de que o Ocidente se encontrava em risco. Existia um receio de que os países da América, com mais dificuldades socioeconômicas e políticas domésticas débeis, poderiam se converter mais facilmente ao nazifascismo (Tota 2000). Dessa forma, o governo norte-americano precisava encontrar uma solução que garantisse a segurança contra manifestações ideológicas pró-nazistas na América.

Durante a campanha para a reeleição de Franklin Delano Roosevelt, em 1936, dois grupos se destacavam na proposta de política para a América Latina. O primeiro, liderado pelo subsecretário de Estado Sumner Welles, tinha uma orientação mais imperialista, que defendia a intervenção nos países que possuíssem grupos políticos pró-nazistas. O segundo, organizado por Nelson Rockefeller²⁰, defendia uma abordagem mais branda, com base no intercâmbio cultural, utilizando-se dos meios de comunicação e entretenimento (rádio, revistas, jornais, cinema etc.) para angariar adeptos à causa norte-americana (Tota 2000).

A abordagem do segundo grupo era a que melhor se encaixava na política da “boa vizinhança” de Roosevelt. Além disso, ofereciam uma expressiva vantagem em relação ao outro. Rockefeller possuía um grande poder financeiro e sua fundação, desvinculada do aparato estatal, já estava presente na América Latina, atuando em missões religiosas e culturais que faziam apologia antirrevolucionária (Tota 2000).

Em 1939, quando o Chanceler Oswaldo Aranha foi aos EUA para formalizar acordos de cooperação, gerou-se uma expectativa nos militares de que seria possível a aquisição de navios para a Marinha, porém isso não ocorreu (Cervo e Bueno 2002; McCann Jr. 1995). Na verdade, a força da política isolacionista estadunidense ainda não permitia a venda de vasos de guerra, o que deixava Roosevelt de mãos atadas (Waldmann 2015).

19 Nome atribuído às Forças Armadas alemãs na Segunda Guerra Mundial.

20 Membro de uma das famílias mais ricas do mundo, ele foi presidente do Rockefeller Center, Inc., e atuou como administrador, tesoureiro e presidente do Museu de Arte Moderna, e fundou o Museu de Arte Primitiva em 1954.





Na esfera político-militar, Vargas continuou a utilizar as Forças Armadas como um dos pilares do seu governo, por isso agradar os militares estava dentro dos seus objetivos, ao mesmo tempo que, para os militares, a questão do armamento ganhava um enorme peso (WALDMANN, 2015). A Marinha tentou rapidamente conseguir navios no exterior, tanto através do comércio de compensação europeu quanto de forma liberal com os EUA.

Com o início do conflito mundial, esse quadro foi alterado. A política isolacionista norte-americana foi derrubada, ou seja, os EUA passaram a vender armamentos para beligerantes e para outros países (Waldmann 2015). Por outro lado, com o envolvimento da Grã-Bretanha no conflito e o consequente bloqueio naval no Atlântico, o comércio de armamento europeu fechou-se para a América, afetando o comércio de compensação brasileiro com os países europeus.

A partir daí, os EUA passaram a apoiar a construção naval no Brasil. Iniciando pela construção dos contratorpedeiros classe *Marcílio Dias*, incorporados à esquadra em 1943 (Vidigal 1985). O apoio estadunidense dado à Marinha estava baseado em uma relação de confiança construída ao longo do tempo. A imagem que os EUA faziam da Marinha brasileira era de que se tratava de uma das instituições mais pró-EUA no Brasil (Waldmann 2015). Nesse aspecto, o Exército não usufruía de tal prestígio, tendo em vista que, suas lideranças, generais Góes Monteiro e Gaspar Dutra, eram vistos como pró-germânicos (McCann Jr. 1995).

A Marinha, com o apoio da MNA, tentava tirar o maior proveito possível da aproximação com o governo norte-americano. O problema das bases navais, por exemplo, era assunto que se arrastava por anos. A criação de uma estrutura marítima-naval que atendesse os interesses nacionais nunca saía do papel (Duarte 1968). Dessa forma, a componente naval das Forças Armadas demonstrava que a nova percepção do interesse nacional que caracterizou a Era Vargas estava presente nas ações castrenses na busca pelo desenvolvimento.

Com a entrada dos EUA na guerra, após o ataque japonês, em 7 de dezembro de 1941, à base norte-americana em Pearl Harbor, no Havaí, o Brasil se proclama solidário à causa norte-americana, o que levaria o Brasil, em 15 de janeiro de 1942, através do pronunciamento do então Chanceler Oswaldo Aranha, a romper relações diplomáticas com as nações do Eixo (Gama e Martins 1985). Esse ato colocou fim ao “jogo duplo” e deu início ao alinhamento brasileiro aos Estados Unidos.

A partir daí, o *Office* colocou em prática um plano de intercâmbio de comunicação e informação de aspectos culturais, geopolíticos e econômicos da América Latina. Nesse universo, se enquadrava o Brasil, que protagonizou





diversos filmes e programas de rádio norte-americanos que apresentavam um Brasil culturalmente forte e com muitos recursos naturais e humanos importantes para o esforço de guerra norte-americano (Tota, 2000). Esse material era divulgado nos EUA e no Brasil, de maneira a tornar as nações mais próximas.

Porém, o alinhamento veio acompanhado da barganha brasileira. O Brasil acertou os últimos detalhes da construção da siderúrgica e passou a receber recursos do programa *Lend-Lease*²¹ (Alves 2002). Em contrapartida, Vargas abriu os portos e bases aéreas e navais às forças norte-americanas no Atlântico Sul. Além disso, o Brasil fornecia produtos primários como: a borracha, o manganês, o quartzo e o café, produtos vitais ao esforço de guerra norte-americano.

A parceria evoluiu para uma aliança diplomática-militar formalmente estabelecida em maio de 1942. Com a escalada da crise, o Brasil entrou formalmente na guerra em agosto do mesmo ano (Gama e Martins 1985). A participação da Marinha se deu no apoio à defesa do Atlântico Sul, cuja responsabilidade estava a cargo do norte-americano, Almirante Jonas H. Ingram (Waldmann 2015). Vargas deu a Ingram total autoridade sobre a Marinha e a Força Aérea Brasileira, além de total responsabilidade pela defesa de toda a costa brasileira (McCann Jr. 1995). Assim, a proximidade entre a Marinha e a *U.S. Navy*, construída pela MNA, proporcionou rápidos resultados na questão da defesa hemisférica no Atlântico Sul.

Graças ao programa *Lend-Lease*, as Forças Armadas foram reequipadas. A Marinha adquirira navios mais modernos, com aumento de 20% no contingente. Isso sem contar com os ensinamentos doutrinários adquiridos. Não obstante, o Brasil emergia do conflito com a “economia fortalecida, expansão de reservas e das exportações, dívida externa equacionada, indústria dinamizada e siderurgia em vias de implementação” (Ricupero 2017). Ademais, o prestígio internacional do país atingia o mais elevado nível em muitas décadas, só se igualando à época de Rio Branco.

Conclusão

Neste artigo, apresentou-se, através de uma abordagem histórica, o cunho da relação Brasil-EUA no período de 1889 a 1942. O esforço foi no sentido de

21 Com o programa de ajuda norte-americana, a Marinha recebeu recursos e apoio para melhorias na infraestrutura naval.





demonstrar que, diferentemente do que se imagina, essa relação, na maioria das vezes, foi revestida de cautela, realismo e pragmatismo pelo governo brasileiro, investida de paciência e, por vezes, de desinteresse por parte dos EUA.

A historiografia sugere que os EUA se apresentam como uma nação imperialista desde o início de sua formação como país. Esse imperialismo se revestiu de interesses econômicos e ideológicos. Nesse sentido, os EUA se expandiram através de expedições exploratórias em terra, com a marcha para o Oeste; e no mar, com as esquadras além-mar.

A utilização das esquadras além-mar para garantir a segurança dos interesses nacionais, em conjunto com as expedições revestidas com o mito messiânico, permitiu que os norte-americanos construíssem um conhecimento próprio do mundo, aumentando a rede de influência econômica e cultural. Nessa rede, estavam inseridos os países latino-americanos.

Apesar da instabilidade política do início republicano brasileiro, a diplomacia permaneceu organizada, o que contribuiu para uma aproximação cautelosa entre Brasil-EUA. A herança diplomática deixada pelo Império se revelou em diversas ocasiões, nas quais o Brasil buscou um posicionamento central, evitando confrontos diretos com as nações americanas.

Esse período também foi marcado pelo americanismo dentro da PEB, ou seja, o Brasil, ao romper com o isolacionismo imperial, descobriu seus vizinhos norte-americanos e demais nações hispano-americanas. Como consequência, foram celebrados os primeiros acordos de cooperação com as nações vizinhas. Porém, surgem as primeiras crises internacionais envolvendo as questões fronteiriças, nas quais Rio Branco e sua equipe conseguem os primeiros êxitos externos para a jovem República.

Na gestão de Rio Branco (1902-1912) como Chanceler, o realismo e o pragmatismo tornaram-se os paradigmas da diplomacia brasileira. O Barão do Rio Branco soube, com cautela, se posicionar nas polêmicas pautas das primeiras conferências pan-americanas. Evitou, assim, entrar em atrito com a vizinha Argentina, além de firmar com os EUA uma aliança não-formal, que foi utilizada como barganha, principalmente, nas questões que envolviam a agroexportação e o reaparelhamento naval.

O prestígio internacional brasileiro, conquistado na gestão Rio Branco, permaneceu nos anos seguintes. O reflexo foi verificado nos enlaces comerciais, principalmente, com os EUA. A projeção internacional foi reforçada com a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. A contribuição brasileira no





conflito garantiu uma posição no Conselho da Liga das Nações como membro eleito.

Após o primeiro conflito mundial, a fraqueza das Forças Armadas brasileiras era digna de nota. Esse sentimento levou o Exército e a Marinha à buscarem uma modernização institucional. Dessa forma, em 1922, o Brasil contratou a MNA com o objetivo de reestruturar a instituição, prestando assistência técnica e profissional. Era o início de uma relação auspiciosa entre as duas marinhas, cujos efeitos puderam ser sentidos na forma de pensar e de agir dos oficiais brasileiros e nos transbordamentos na política externa.

As alterações na política brasileira no início dos anos 1930 não repercutiam, inicialmente, na esfera internacional. Porém, conforme o governo Vargas demonstrava certa afeição aos ideais autoritários dos nazifascistas, a preocupação norte-americana aumenta. Foi um período em que as investidas do governo alemão se mostram cada vez mais presentes, principalmente, no comércio internacional de armamento.

A partir de 1933, a política da “boa vizinhança” de Roosevelt alterou a postura dos norte-americanos em relação aos países latino-americanos. Foi a maneira encontrada pela política de Roosevelt de superar as dificuldades da crise de 1929 e concomitantemente alterar a imagem intervencionista deixada por gestões anteriores.

No Brasil, o governo revestido de um novo ideal modernizante passa a priorizar as medidas que atendam os interesses nacionais voltados para o desenvolvimento. Com esse ideário, Vargas inaugura o governo ditatorial do Estado Novo (1937) e estabelece, na esfera internacional, uma diplomacia de “jogo duplo”. Com uma desenvoltura que lhe era peculiar, Vargas mantinha o comércio de compensação com a Europa, ao mesmo tempo que prosseguia com o vínculo político com os EUA.

A posição isolacionista inicialmente adotada pelos EUA beneficiou o “jogo duplo” brasileiro. Entretanto, conforme a Alemanha “varria” a Europa Ocidental, aumentava a certeza norte-americana de que o hemisfério ocidental seria atingido pela ideologia nazifascista. Para se contrapor à propaganda alemã, Roosevelt iniciou um projeto sociocultural nos países latino-americanos. O intercâmbio cultural mostrou-se fundamental, derrubando barreiras entre os governos e iniciando uma aliança mais profunda entre Brasil e Estados Unidos.

A esfera militar também trouxe sua contribuição para a aliança. A Marinha do Brasil e a *U.S. Navy* já possuíam uma longa amizade. Isso permitiu que o





Departamento de Estado enxergasse a instituição brasileira como pró-EUA, o que facilitou a ajuda norte-americana na construção de navios e de infraestrutura naval no Brasil.

Após a entrada dos EUA na guerra, o Brasil rompeu relações com as nações do Eixo. Dessa forma, se encerrava o período do “jogo duplo”. Entretanto, o alinhamento brasileiro, representado pelo acordo de cooperação Brasil-EUA, só foi concretizado após os acordos para a construção da siderúrgica e das benfeitorias na área de infraestrutura militar. Quando o Brasil entrou na guerra, o acordo deixou de ser cooperação e se transformou em uma aliança diplomática-militar entre os dois países.

Assim, no período definido neste artigo, de 1889 a 1942, não foi possível observar, nas relações entre Brasil e EUA, um alinhamento automático com o vizinho do Norte. A diplomacia brasileira, nas primeiras décadas republicanas, revestida de realismo e pragmatismo, soube, na medida do possível, utilizar a aproximação como elemento de barganha para os objetivos nacionais, haja vista as condições propícias que o período da 2ª Guerra Mundial possibilitou em termos de aproximação política-estratégica e a ajuda ao desenvolvimento econômico nacional. Por outro lado, os EUA se aproximaram do Brasil com interesses comerciais, principalmente, nos momentos nos quais o cenário internacional possibilitava a diminuição de sua influência hemisférica. Dessa forma, sempre enxergaram o Brasil mais como um aliado nas horas difíceis do que uma nação débil digna de intervenção.

Referências

- Alasina, João Paulo Soares Jr. 2015. Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Alves, Vágner Camilo. 2002. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro, RJ: Loyola.
- Brasil, Ministério da Marinha. 1932. Relatório Apresentado ao Exmo. Chefe do Governo Provisório. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Naval. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-437%2C-176%2C4985%2C3516>. Acesso em 22/12/2019.
- Cervo, Amado Luiz. 2008. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo, SP: Saraiva.





- Cervo, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. 2002. História da Política Exterior do Brasil. Brasília, DF: Universidade de Brasília.
- Duarte, Paulo de Q. 1968. Dias de Guerra no Atlântico Sul. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército.
- Dulci, Tereza Spyer. 2013. Introdução e A questão das identidades. In: As Conferências Pan-Americanas (1889-1928). Identidades, União Aduaneira e Arbitragem. 13-32 e 71-103. São Paulo, SP: Alameda.
- Época, Negócios. Disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/03/para-bolsonaro-encontro-com-trump-abre-novas-frentes-de-cooperacao.html> > . Acesso em: 20/08/2019.
- Gama, Arthur Oscar Saldanha da. e Martins, Hélio Leôncio. 1985. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. In: História Naval Brasileira, 5º vol., Tomo II. 266-273. Rio de Janeiro, RJ: Serviço de Documentação da Marinha.
- Junqueira, Mary Anne 2015. Por um lugar no mundo e Em nome da raça anglo-saxônica. In: Velas ao mar: U.S. Exploring Expedition (1838-1842). A viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos. 29-192. São Paulo, SP: Intermeios.
- Junqueira, Mary Anne. 2001. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. In: Revista Brasileira de História, v. 21, n. 42. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a04v2142.pdf>. Acesso em: 20/09/2019.
- Martins, Hélio Leôncio. 1997. Participação da Marinha Brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: História Naval Brasileira, 5º volume, tomo IB. 259-278. Rio de Janeiro, RJ: Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- McCann, Frank D. 1995. Aliança Brasil – Estados Unidos, 1937/1945. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército.
- Pinheiro, Letícia de Abreu. 2000. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. In: Contexto Internacional, v. 22, jul./dez. 305-335.
- Pinheiro, Letícia de Abreu. 2010. Política Externa brasileira (1889-2002). 2ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Ricupero, Rubens. 2017. A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016. Rio de Janeiro, RJ: Versal.
- Stuart, Ana Maria. 2011. O conflito: bloqueio anglo-alemão da Venezuela. In: O bloqueio da Venezuela em 1902: suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo, SP: Unesp.
- Teixeira, Carlos Gustavo Poggio. 2014. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2. 115-132.





- Tota, Antônio Pedro. 2000. Uma verdadeira fábrica de ideologias: o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. In: O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. 41-92. São Paulo, SP: Cia. das Letras.
- Vidigal, Armando Amorim Ferreira. 1985. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército.
- Waldmann, Ludorf Jr. 2015. A Marinha e a Aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, Florianópolis, SC.

